



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ**

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 07/2026

O MUNICÍPIO DE PROPRIÁ - ESTADO DE SERGIPE, por meio da **CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ/SE**, em conformidade com o art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de janeiro de 2006, legislações com suas devidas atualizações, e ainda o Decreto Municipal nº 005/2024, que regulamenta a dispensa na sua forma eletrônica, e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso, tornam público para conhecimento dos interessados que fará realizar uma disputa de preços através da **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, em sua forma eletrônica, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, a ser realizada no dia **01/06/2026 às 08h00min**, através da plataforma eletrônica, e mediante as seguintes condições:

1.0 LOCAL, DATA E HORA:

1.1 A sessão pública será realizada nas seguintes condições:

Data da Sessão: 01/06/2026

Horário da Fase de Lances: 08h00m às 14h00m

Link de Acesso: www.licitanet.com.br

Exclusividade ME/EPP/EQUIPARADAS: (X) Sim () Não

Margem de Preferência Local/Regional: (X) Sim () Não

Horário de Referência: Brasília-DF

2.0 OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA:

2.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ/SE, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO e seus anexos.

2.2 A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
1	ACIDO MURIÁTICO, LIMPEZA E TRATAMENTO DE METAIS FERROSO. EMBALAGEM COM 1000 ML.	FR	50	5,40	270,00
2	ÁGUA SANITÁRIA À BASE DE CLORO. COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO. TEOR CLORO	CX	10	24,75	247,50



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

	ATIVO VARIANDO DE 2 A 2,50%, COR LEVEMENTE AMARELO-ESVERDEADA. APLICAÇÃO: ALVEJANTE E DESINFETANTE DE USO GERAL. FRASCO DE 01 LITRO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CAIXA COM 12 UNIDADES				
3	BALDE DE 10 L DE PLÁSTICO RESISTENTE, COM ALÇA DE METAL OU PLÁSTICO SUPERRESISTENTE.	UN	3	12,05	36,15
4	CLORO LÍQUIDO PARA SANITIZAÇÃO, ACONDICIONADO EM FRASCO COM 1000 ML, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR A DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DE LOTE, INFORMAÇÕES E ADVERTÊNCIAS.	FR	40	3,13	125,20
5	DESENTUPIDOR DE VASO SANITÁRIO, MANUAL DE BORRACHA COM APROX. 175MM COM CABO DE PLÁSTICO RESISTENTE	UN	5	11,53	57,65
6	DESINFETANTE E BACTERICIDA/GERMICIDA. ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO. COMPOSIÇÃO AROMÁTICA: EUCALIPTO/LAVANDA. FRASCO COM 500 ML, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	FR	60	3,48	208,80
7	DESODORANTE DE AMBIENTE AEROSOL, FRASCO DE 400 ML	FR	20	12,08	241,60
8	DESODORANTE SANITÁRIO, PASTILHA COM AÇÃO BACTERICIDA, FRAGÂNCIAS SUAVES, COM SUPORTE, PESANDO NO MÍNIMO 35G.	UN	400	2,22	888,00
9	DETERGENTE LÍQUIDO LAVA LOUÇA, EMBALAGEM COM CAPACIDADE PARA 500 ML, COMPOSIÇÃO: ÁGUA ESMINERALIZADA, ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, ALCALI, LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, GLICERINA, AMIDA, SULFATO DE MAGNÉSIO E CONSERVANTE, A EMBALAGEM EXTERNA DEVERÁ CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	FR	48	2,23	107,04
10	ESPONJA DE LÃ DE AÇO - FORMATO RETANGULAR, APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL, TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO, MEDINDO NO MÍNIMO, 100 X 75. COMPOSIÇÃO: LÃ DE AÇO CARBONO. PACOTE COM 08 UNIDADES	PCT	20	2,77	55,40



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

11	ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE (FIBRA E ESPUMA), FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 110 X 75X 23 MM, ABRASIVIDADE MÉDIA - ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE (FIBRA E ESPUMA), FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 110 X 75X 23 MM, ABRASIVIDADE MÉDIA, COMPOSIÇÃO: ESPUMA DE POLIURETANO COM BACTERICIDA, FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO. PACOTE COM 03 UNIDADES.	PCT	20	3,92	78,40
12	FAQUEIRO COM 24 PEÇAS, COMPOSTO PELOS ITENS: 6 FACAS DE MESA, 6 GARFOS DE MESA, 6 COLHERES DE MESA, 6 COLHERES DE CHÁ. AS PEÇAS SÃO FEITAS 100% DE AÇO INOXIDÁVEL.	UN	2	50,89	101,78
13	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ 103. CAIXA COM 30 UNIDADES	UN	20	5,53	110,60
14	FLANELA 100% ALGODÃO; MEDINDO (38x58) CM; PERCENTUAL VARIANDO (2x3)cm, na cor laranja.	UN	50	2,74	137,00
15	FÓSFORO DE MADEIRA; COMPOSTO DE VEGETAL E MINÉRIO; APRESENTADO NA FORMA DE PALITO COM PONTA COM PÓLVORA, CAIXA COM 40 PALITOS MÉDIO COM CERTIFICAÇÃO COMPUSÓRIA DO INMETRO. PACOTE COM 10 CAIXAS.	PCT	10	4,68	46,80
16	GARRAFA TERMICA 2L, MATERIAL PLÁSTICO IMITAÇÃO DE INOX , CAPACIDADE 2 LITROS, FORMATO: CILÍNDRICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPRIMENTO APROX. 110MM, LARGURA 32 CM, ALTURA 32CM COM PRESSÃO	UN	4	124,45	497,80
17	GUARDANAPO DE PAPEL, MATERIAL CELULOSE, COM MEDIDAS APROXIMADAS: 22 X 24 CM, FOLHA SIMPLES DE COR BRANCA (100% BRANCA), MACIO. PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	120	3,10	372,00
18	INSETICIDA DOMÉSTICO: AEROSOL; COMPOSTO DE PROPOXUR 0,75%, CYNFLUTHRIN 0,025%; ISOPRANOL, XILENO; QUEROSENE; PROPELENTE (PROPANO/BUTANO, SEM CFC; PRINCÍPIO ATIVO PROPOXUR) COM AUTORIZAÇÃO DA ANVISA/MS; EMBALADO EM FRASCO METÁLICO 300 ML.	FR	20	14,37	287,40
19	JARRA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 2 L, MODELO: COM TAMPA E ALÇA, APLICAÇÃO: ÁGUA, SUCO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LISA	UN	4	13,61	54,44
20	JARRA DE VIDRO 1,5 LITROS - ESPECIFICAÇÃO: JARRA DE VIDRO. TRANSPARENTE, SEM TAMPA, CAPACIDADE DE 1,5 LITROS.	UN	3	29,64	88,92
21	JOGO DE COPOS EM VIDRO TEMPERADO 300ML COM 6 PEÇAS COR: TRANSPARENTE, CAPACIDADE: 300ML, COPOS 14CM X 7,5CM (A X D, COMPOSIÇÃO: VIDROTEMPERADO, COPO PARA SUCO, ÁGUA E REFRIGERANTE. COM 6 PEÇAS	UN	6	28,70	172,20



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

22	JOGO DE XICARA GRANDE COM PIRES. ESPECIFICAÇÃO: CONJUNTO DE XÍCARAS GRANDES DE CAFÉ COM PIRES EM CERÂMICA/VIDRO CAPACIDADE DE 200ML, CONTENDO 06 XÍCARAS E 06 PIRES.	UN	6	83,29	499,74
23	LIMPA PANELA LIQUIDO, PRODUTO ESPECIAL PARA A LIMPEZA DE OBJETOS DE ALUMÍNIO E PANELAS. EMBALAGEM 500 ML.	UN	20	2,84	56,80
24	LIMPA VIDRO, TIPO LÍQUIDO. COR INCOLOR/AZUL. FRASCO PLÁSTICO DE 500 ML, COM GATILHO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	FR	50	3,89	194,50
25	LUSTRA MÓVEL MULTI-SUPERFÍCIE, COM 200 ML DE ALTO PODER DE LIMPEZA, FORMULADO COM QUATERNÁRIO DE AMONIA, BRILHO SECO EXCLUSIVA PROTEÇÃO PARA OS MÓVEIS, COM UM AGRADÁVEL PERFUME, FORMA SOBRE A SUPERFICIE UMA FINA PELÍCULA QUE AJUDA A PROTEGER OS MÓVEIS ATÉ CONTRA MARCAS DE ÁGUA.	FR	50	7,30	365,00
26	LUVA DE PROTEÇÃO DE BORRACHA USO DOMÉSTICO, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, REVESTIDA INTERNAMENTE COM FLOCOS DE ALGODÃO, FRISOS ANTIDERRAPANTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (ca), VALIDADE DE 03 ANOS DA DATA DE FABRICAÇÃO, NA COR AMARELA, TAMANHOS P, M, G.	PAR	50	5,78	289,00
27	PÁ COLETORA DE LIXO COM APARADOR EM METAL MEDINDO APROXIMADAMENTE 20 x 55 CM, CABO EM MADEIRA MEDINDO APROX. 50 CM.	UND	6	11,58	69,48
28	PANO DE PRATO. ALVEJADO, COM ACABAMENTO NAS LATERAIS, 100 ALGODÃO, MEDINDO NO MÍNIMO 40 X 70CM.	UN	50	4,16	208,00
29	PANO LIMPEZA MATERIAL: MICROFIBRA., COMPRIMENTO: 40, LARGURA: 40, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO ABRASIVOS	UN	50	5,33	266,50
30	PANO TIPO SACO: COMPOSTO DE 100% ALGODÃO ALVEJADO; MEDINDO (74X45)CM; COM VARIAÇÃO DE 10% DE OSCILAÇÃO NAS MEDIDAS; COM DUAS FACES E ACABAMENTO NAS BORDAS; NA COR BRANCA.	UN	50	4,20	210,00
31	PAPEL HIGIÊNICO, 100% FIBRAS NATURAIS, PICOTADO, GRAFADO, COM RELEVO, 02 FOLHAS SIMPLES NA COR BRANCA (100% BRANCA),	FD	15	61,63	924,45



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

	NEUTRO, PRIMEIRA QUALIDADE, FARDO COM 64 ROLOS MEDINDO 30M X 10CM.				
32	PAPEL TOALHA BRANCO - TIPO FOLHA INTERFOLHA, 100% CELULOSE VIRGEM, 2 DOBRAS, MEDIDAS MÍNIMAS: 19,5 X 20,5 CM, DESCARTÁVEL, MACIO E ABSORVENTE, PARA USO EM TOALETES PACOTE COM 1000 FLS.	PCT	60	11,68	700,80
33	PRATO DE VIDRO, DIÂMETRO 27 CM, COR: TRANSPARENTE, FORMATO DO PRATO: REDONDO, MATERIAL: VIDRO TEMPERADO. PODE SER LEVADO AO MICRO-ONDAS, FREEZER, GELADEIRA E AO LAVA-LOUÇAS	UN	36	10,23	368,28
34	PRENDEDOR DE ROUPAS PLASTICO PCT. COM 12 UNIDADES.	PCT	20	2,18	43,60
35	RODO COM DUAS LAMINAS PARALELAS DE BORRACHA NATURAL, COM CABO DE MADEIRA PLASTIFICADA COM ROSCA, SUPORTE PLÁSTICO RÍGIDO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 40 CM, COM PONTEIRA PLÁSTICA.	UN	20	15,85	317,00
36	SABÃO EM BARRA DE COCO 200G. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO, EB 56/54 DA ABNT, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. PACOTE COM 05 UNIDADES.	PCT	20	11,57	231,40
37	SABÃO EM PÓ 500G; PRINCIPIO ATIVO ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVO ANIÔNICO, ENZIMAS, BRANQUEADOR ÓPTICO, ESSÊNCIA, TEOR DE ATIVOS MÍNIMO DE 8,0%, PH=11,5 MÁXIMO, SOLUÇÃO 1% P/P; PIGMENTOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS, ACONDICIONADOS EM SACOS PERSONALIZADOS COM 500G COM O SÍMBOLO DE MATERIAL PARA RECICLAGEM, CONTENDO TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL, VALIDADE DE 02 ANOS, AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO FABRICANTE NA ANVISA/MS. MARCAS APROVADAS.	UN	100	5,48	548,00
38	SABONETE LIQUIDO - PARA SABONETEIRA, PRODUTO PURO, SEM QUALQUER DILUIÇÃO, ASPECTO FÍSICO VISCOSO, GLICERINADO, BIODEGRADÁVEL, ANTISEPTICO. EMBALAGEM COM 1 ML, VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS,	UN	50	11,83	591,50
39	SACO PLÁSTICO PARA LIXO 100 LITROS, 6 MICRAS, COR PRETA, LARGURA 70, ALTURA 84, DE POLIPROPILENO. APLICAÇÃO: USO DOMÉSTICO, PACOTE COM 100 UNIDADES. DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	PCT	30	28,30	849,00



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

40	SACO PLÁSTICO PARA LIXO 60 LITROS 6 MICRAS, COR PRETA, LARGURA 55, ALTURA 67, DE POLIPROPILENO. APLICAÇÃO: USO DOMÉSTICO, PACOTE COM 100 UNIDADES. DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	PCT	30	16,34	490,20
41	SAPONACEO EM PÓ FRASCO COM 300G	UN	20	7,34	146,80
42	SUPORTE PARA COADOR DE CAFÉ 103, MATERIAL POLIPROPILENO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 15,5C X 13L X 16,5A CENTÍMETROS	UN	3	12,06	36,18
43	PANO DESCARTÁVEL MULTIUSO - PARA LIMPEZA EM GERAL. POSSUI FUROS ESPECIAIS QUE RETÊM A SUJEIRA. LIBERA FACILMENTE A SUJEIRA DURANTE A LAVAGEM. GARANTEM ALTA ABSORÇÃO, POIS É PRODUZIDA COM TECNOLOGIA DE A BASE DE CELULOSE, SUBSTITUINDO QUALQUER OUTRO TIPO DE TECIDO UTILIZADO PARA LIMPEZA EM GERAL. NÃO SOLTA FIAPOS. É LAVÁVEL, SECA RAPIDAMENTE, INIBINDO O CRESCIMENTO DE MICRORGANISMOS. DIMENSÕES 30 CM DE ALTURA, 50CM DE LARGURA. GRAMATURA: 41G/M. ROLO COM 300 METROS PICOTADO A CADA 50 CM.	ROL O	5	96,95	484,75
44	TAPETE EMBORRACHADO FABRICADO COM FIBRAS DE VINIL ENTRELAÇADAS, ANTIDERRAPANTE COR ESCURA MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,5M X 60CM	UN	6	156,33	937,98
45	VASSOURA DE NYLON; TIPO NOVIÇA, CEPA DE POLIPROPILENO, APROXIMADAMENTE (4x21,5x5)CM, FIO DE 12CM MÍNIMO, COM 66 TUFOS CONTENDO 40 CERDAS POR TUFO, COM CERDAS 100% PET POLIPROPILENO, TIPO PLUMADA, CABO REVESTIDO DE POLIPROPILENO MEDINDO 120 CM, COM GANCHO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, ROSCA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE. MARCAS APROVADAS.	UN	30	11,16	334,80
46	VASSOURA DE PELO MACIO CEPA DE POLIPROPILENO BASE COM 30 CM, COM GANCHO DE POLIETILENO, COM CABO MEDINDO 1,20M.	UN	50	13,13	656,50
47	VASSOURINHA SANITÁRIA COM CERDAS LISAS, CABO E CEPA DE PLÁSTICO.	UN	20	4,96	99,20

2.2.1 Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

2.3 O critério de julgamento adotado será o *Menor preço por Item*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3.0 PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA:

3.1 Poderão participar desta Dispensa de Licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos, e estiver devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema do site www.licitanet.com.br

3.2 Como requisito para participação na dispensa, em campo próprio do sistema eletrônico, o fornecedor deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Aviso.

3.3 Será de responsabilidade exclusiva do interessado em participar do processo de contratação direta, o correto entendimento do regulamento e operacionalização do Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotora do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.4 Será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, observadas as disposições constantes do art. 4º, caput, da Lei nº 14.133/21, de acordo com o objeto da contratação da presente Dispensa.

3.5 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

3.5.1 que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.5.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.5.3 que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

3.5.3.1 equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.5.3.2 aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.5.4 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 -TCU - Plenário);

3.5.5 empresa declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

3.5.6 empresa suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública no âmbito do Município de Propriá/SE;

3.5.7 empresas impedidas de licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Propriá/SE.

4.0 DO INGRESSO NA DISPUTA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

4.2. Após a divulgação do aviso de contratação direta, o fornecedor interessado deverá encaminhar proposta de preços exclusivamente na forma eletrônica, através do Sistema de Dispensa Eletrônica do Portal www.licitanet.com.br em papel timbrado da empresa, conforme Anexo II, contendo a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, e o preço, de acordo com as exigências constantes deste Aviso e do Termo de Referência, de forma clara e detalhada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada a última folha e rubricada as demais pelo representante legal do interessado.

4.2.1. Se a proposta estiver assinada por procurador, deverá ser encaminhada cópia da procuração que conceda tais poderes, e, ainda cópia de documentos de identificação do outorgado.

4.2.2. O preço unitário e total dos itens deverá estar expresso em numeral e em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais.

4.2.3. Em caso de divergência de valores entre o preço unitário e o valor total, prevalecerá o valor unitário.

4.2.4. O fornecedor declara que o seu preço compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o proponente.

4.3.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão removê-la, substituí-la ou modificá-la.

4.7. No cadastramento da proposta inicial, o proponente deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

a) que inexistem fatos impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006;

c) que está ciente e concorda com as condições gerais da contratação, constantes no presente Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;

d) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;

f) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.0 FASE DE LANCES

5.1 A partir das 08h00min da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para que os fornecedores iniciem o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro, até o horário de encerramento já previsto neste Aviso.

5.1.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.2 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado.

5.2.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo a disputa, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.2.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *0,01 (um centavo)*.

5.2.3 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.3 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

5.4 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.5 Imediatamente após o término da fase de lances, haverá o ordenamento e divulgação dos lances em ordem crescente de classificação.

5.6 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6.0 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1 Encerrada a fase de lances, o agente de contratação indicado para conduzir a dispensa, verificará a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, o agente de contratação negociará com o interessado para tentativa de obtenção de condições mais vantajosas.

6.2.1 Será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

6.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

6.2.4 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta ajustada ao valor do último lance ou da negociação, e se necessário, de documentos complementares à decisão. A proposta deverá ser enviada no prazo de até 02 (duas) horas, após notificação.

6.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.3.1. conter vícios insanáveis;

6.3.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.3.3. apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.3.5. apresentar preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e de mercado;



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

6.3.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.6. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação.

6.7. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

7.0 HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos a serem apresentados para fins de habilitação constam do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** deste Aviso e serão exigidos somente do fornecedor mais bem classificado da fase de lances e/ou da negociação.

7.1.1 Como condições prévias ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante as seguintes consultas:

7.1.1.1. Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

7.1.1.2. fornecedores sancionados e suspensos pelo Município de Propriá/SE.

7.1.1.3. consulta do banco de dados de penalidades do município (*cadastro/registro das empresas sancionadas e/ou suspensas*).

7.1.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

7.1.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

7.1.1.4.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.1.2 Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, a pedido do agente condutor, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de até 02 horas após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.4 Quando houver dúvida em relação à integridade do documento digitalizado, o agente de contratação poderá requerer a comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais.

7.5 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.5.1. a prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo fornecedor, mediante apresentação de justificativa;

7.5.2. a não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito da participação e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso, e facultará ao agente convocar as os participantes remanescentes, na ordem de classificação.

7.6 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

8.0 CONTRATAÇÃO

8.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

8.2.2 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.3 A assinatura do contrato ou instrumento equivalente vinculará a contratada à sua proposta e as previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

8.4 A Contratada reconhecerá que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

8.6 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente poderá ser exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.0 SANÇÕES

9.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I – Advertência;



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.3. Será aplicada a sanção prevista no inciso I do item 9.1 na hipótese de inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4. Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma: De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na entrega/prestação do serviço, observada a seguinte gradação:

- a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%;
- b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%;
- c) Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%;
- d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%;
- e) Acima de 20 dias: multa de 30%.

9.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 9.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item;

9.6 Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 9.1 será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

9.7. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 9.1 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

(quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

9.8 A sanção prevista no inciso III do item 9.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar com o Município de Propriá/SE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.9 A sanção prevista no inciso IV do item 13.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

9.10 A sanção estabelecida no inciso IV do item 9.1 será precedida de análise jurídica;

9.11 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 9.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item;

9.12 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.13 A aplicação das sanções previstas no item 9.1 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.14 Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do fornecimento/serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação;

9.14.1 A notificação a que se refere o *caput* deste artigo será enviada pelo correio, com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA mediante recibo ou, na sua impossibilidade, publicada no Diário Oficial do Município e no quadro de avisos da Câmara.

9.15 Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até **48 (quarenta e oito)**



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

horas, após o recebimento da notificação, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do fornecimento/serviço encaminhará a Comissão de Processo Administrativo a qual instaurará processo administrativo punitivo;

9.16. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no item 9.4 deste edital. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas em Lei;

9.17 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 9.1 deste edital requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada que avaliará os fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

9.18 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação;

9.19 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

9.20 Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do item 9.1 deste aviso, serão aplicadas de acordo com o Decreto Municipal, do qual estabelece a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos;

9.21 A Administração Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o disposto no art. 169, § 3º da Lei nº 14.133/2021;

10 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O procedimento será divulgado no sítio eletrônico do Poder Legislativo disponível no endereço <https://camarapropriase.gov.br/portaltransparencia/?servico=cidadao/diariooficial>.



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

10.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.2.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

10.2.2 valer-se, para a contratação, de cotação obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

10.2.2.1 apreciada a cotação e a documentação de habilitação do fornecedor e, atendidos os critérios exigidos para a contratação, este será declarado vencedor;

10.2.2.2 no caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento;

10.2.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.3 As providências dos subitens 10.2.1 e 10.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente da contratação direta na respectiva notificação.

10.5 Caberá ao fornecedor acompanhar a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante de sua ausência.

10.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão de julgamento na data marcada, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.7 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.8 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

10.9 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.10 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.11 Da sessão pública será lavrada Ata.

10.11.1 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os documentos abaixo relacionados que se encontram disponíveis no endereço: www.camarapropriase.gov.br e www.licitanet.com.br.

10.11.2 ANEXO I – Termo de Referência;

10.11.3 ANEXO II – Proposta de Preços;

10.11.4 ANEXO III – Minuta do Contrato.

Propriá/SE, 27 de maio de 2026.

Mozzarth Almeida
Agente Público



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
(art. 18, II e art. 6º, XXIII da Lei nº 14.133/2021)

Órgão Requisitante: Departamento Administrativo

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ/SE, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

1.0 – DEFINIÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E VALOR ESTIMADO (art. 6º, inc. XXIII alínea “a” da Lei nº 14.133/2021):

O presente Termo de referência tem por objetivo definir os conjuntos de elementos que norteiam a demanda de material de limpeza e higienização, conforme demonstrado no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	ACIDO MURIÁTICO, LIMPEZA E TRATAMENTO DE METAIS FERROSO. EMBALAGEM COM 1000 ML.	FR	50	5,40	270,00
2	ÁGUA SANITÁRIA À BASE DE CLORO. COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO. TEOR CLORO ATIVO VARIANDO DE 2 A 2,50%, COR LEVEMENTE AMARELO-ESVERDEADA. APLICAÇÃO: ALVEJANTE E DESINFETANTE DE USO GERAL. FRASCO DE 01 LITRO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CAIXA COM 12 UNIDADES	CX	10	24,75	247,50
3	BALDE DE 10 L DE PLÁSTICO RESISTENTE, COM ALÇA DE METAL OU PLÁSTICO SUPERRESISTENTE.	UN	3	12,05	36,15
4	CLORO LÍQUIDO PARA SANITIZAÇÃO, ACONDICIONADO EM FRASCO COM 1000 ML, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR A DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DE LOTE, INFORMAÇÕES E ADVERTÊNCIAS.	FR	40	3,13	125,20
5	DESENTUPIDOR DE VASO SANITÁRIO, MANUAL DE BORRACHA COM APROX. 175MM COM CABO DE PLÁSTICO RESISTENTE	UN	5	11,53	57,65



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

6	DESINFETANTE E BACTERICIDA/GERMICIDA.ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO. COMPOSIÇÃO AROMÁTICA: EUCALIPTO/LAVANDA. FRASCO COM 500 ML, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	FR	60	3,48	208,80
7	DESODORANTE DE AMBIENTE AEROSOL, FRASCO DE 400 ML	FR	20	12,08	241,60
8	DESODORANTE SANITÁRIO, PASTILHA COM AÇÃO BACTERICIDA, FRAGÂNCIAS SUAVES, COM SUPORTE, PESANDO NO MÍNIMO 35G.	UN	400	2,22	888,00
9	DETERGENTE LÍQUIDO LAVA LOUÇA, EMBALAGEM COM CAPACIDADE PARA 500 ML, COMPOSIÇÃO: ÁGUA ESMINERALIZADA, ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, ALCALI, LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, GLICERINA, AMIDA, SULFATO DE MAGNÉSIO E CONSERVANTE, A EMBALAGEM EXTERNA DEVERÁ CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	FR	48	2,23	107,04
10	ESPONJA DE LÃ DE AÇO - FORMATO RETANGULAR, APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL, TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO, MEDINDO NO MÍNIMO, 100 X 75. COMPOSIÇÃO: LÃ DE AÇO CARBONO. PACOTE COM 08 UNIDADES	PCT	20	2,77	55,40
11	ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE (FIBRA E ESPUMA), FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 110 X 75X 23 MM, ABRASIVIDADE MÉDIA - ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE (FIBRA E ESPUMA), FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 110 X 75X 23 MM, ABRASIVIDADE MÉDIA, COMPOSIÇÃO: ESPUMA DE POLIURETANO COM BACTERICIDA, FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO. PACOTE COM 03 UNIDADES.	PCT	20	3,92	78,40
12	FAQUEIRO COM 24 PEÇAS, COMPOSTO PELOS ITENS: 6 FACAS DE MESA, 6 GARFOS DE MESA, 6 COLHERES DE MESA, 6 COLHERES DE CHÁ. AS PEÇAS SÃO FEITAS 100% DE AÇO INOXIDÁVEL.	UN	2	50,89	101,78
13	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ 103. CAIXA COM 30 UNIDADES	UN	20	5,53	110,60
14	FLANELA 100% ALGODÃO; MEDINDO (38x58) CM; PERCENTUAL VARIANDO (2x3)cm, na cor laranja.	UN	50	2,74	137,00



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

15	FÓSFORO DE MADEIRA; COMPOSTO DE VEGETAL E MINÉRIO; APRESENTADO NA FORMA DE PALITO COM PONTA COM PÓLVORA, CAIXA COM 40 PALITOS MÉDIO COM CERTIFICAÇÃO COMPUSÓRIA DO INMETRO. PACOTE COM 10 CAIXAS.	PCT	10	4,68	46,80
16	GARRAFA TERMICA 2L, MATERIAL PLÁSTICO IMITAÇÃO DE INOX , CAPACIDADE 2 LITROS, FORMATO: CILÍNDRICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPRIMENTO APROX. 110MM, LARGURA 32 CM, ALTURA 32CM COM PRESSÃO	UN	4	124,45	497,80
17	GUARDANAPO DE PAPEL, MATERIAL CELULOSE, COM MEDIDAS APROXIMADAS: 22 X 24 CM, FOLHA SIMPLES DE COR BRANCA (100% BRANCA), MACIO. PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	120	3,10	372,00
18	INSETICIDA DOMÉSTICO: AEROSOL; COMPOSTO DE PROPOXUR 0,75%, CYNFLUTHRIN 0,025%; ISOPRANOL, XILENO; QUEROSENE; PROPELENTE (PROPANO/BUTANO, SEM CFC; PRINCÍPIO ATIVO PROPOXUR) COM AUTORIZAÇÃO DA ANVISA/MS; EMBALADO EM FRASCO METÁLICO 300 ML.	FR	20	14,37	287,40
19	JARRA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 2 L, MODELO: COM TAMPA E ALÇA, APLICAÇÃO: ÁGUA, SUCO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LISA	UN	4	13,61	54,44
20	JARRA DE VIDRO 1,5 LITROS - ESPECIFICAÇÃO: JARRA DE VIDRO. TRANSPARENTE, SEM TAMPA, CAPACIDADE DE 1,5 LITROS.	UN	3	29,64	88,92
21	JOGO DE COPOS EM VIDRO TEMPERADO 300ML COM 6 PEÇAS COR: TRANSPARENTE, CAPACIDADE: 300ML, COPOS 14CM X 7,5CM (A X D, COMPOSIÇÃO: VIDRO TEMPERADO, COPO PARA SUCO, ÁGUA E REFRIGERANTE. COM 6 PEÇAS	UN	6	28,70	172,20
22	JOGO DE XICARA GRANDE COM PIRES. ESPECIFICAÇÃO: CONJUNTO DE XÍCARAS GRANDES DE CAFÉ COM PIRES EM CERÂMICA/VIDRO CAPACIDADE DE 200ML, CONTENDO 06 XÍCARAS E 06 PIRES.	UN	6	83,29	499,74
23	LIMPA PANELA LIQUIDO, PRODUTO ESPECIAL PARA A LIMPEZA DE OBJETOS DE ALUMÍNIO E PANEAS. EMBALAGEM 500 ML.	UN	20	2,84	56,80
24	LIMPA VIDRO, TIPO LÍQUIDO. COR INCOLOR/AZUL. FRASCO PLÁSTICO DE 500 ML, COM GATILHO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO	FR	50	3,89	194,50



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

	LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.				
25	LUSTRA MÓVEL MULTI-SUPERFÍCIE, COM 200 ML DE ALTO PODER DE LIMPEZA, FORMULADO COM QUATERNÁRIO DE AMONIA, BRILHO SECO EXCLUSIVA PROTEÇÃO PARA OS MÓVEIS, COM UM AGRADÁVEL PERFUME, FORMA SOBRE A SUPERFÍCIE UMA FINA PELÍCULA QUE AJUDA A PROTEGER OS MÓVEIS ATÉ CONTRA MARCAS DE ÁGUA.	FR	50	7,30	365,00
26	LUVA DE PROTEÇÃO DE BORRACHA USO DOMÉSTICO, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, REVESTIDA INTERNAMENTE COM FLOCOS DE ALGODÃO, FRISOS ANTIDERRAPANTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (ca), VALIDADE DE 03 ANOS DA DATA DE FABRICAÇÃO, NA COR AMARELA, TAMANHOS P, M, G.	PAR	50	5,78	289,00
27	PÁ COLETORA DE LIXO COM APARADOR EM METAL MEDINDO APROXIMADAMENTE 20 x 55 CM, CABO EM MADEIRA MEDINDO APROX. 50 CM.	UND	6	11,58	69,48
28	PANO DE PRATO. ALVEJADO, COM ACABAMENTO NAS LATERAIS, 100 ALGODÃO, MEDINDO NO MÍNIMO 40 X 70CM.	UN	50	4,16	208,00
29	PANO LIMPEZA MATERIAL: MICROFIBRA., COMPRIMENTO: 40, LARGURA: 40, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO ABRASIVOS	UN	50	5,33	266,50
30	PANO TIPO SACO: COMPOSTO DE 100% ALGODÃO ALVEJADO; MEDINDO (74X45)CM; COM VARIAÇÃO DE 10% DE OSCILAÇÃO NAS MEDIDAS; COM DUAS FACES E ACABAMENTO NAS BORDAS; NA COR BRANCA.	UN	50	4,20	210,00
31	PAPEL HIGIÊNICO, 100% FIBRAS NATURAIS, PICOTADO, GRAFADO, COM RELEVO, 02 FOLHAS SIMPLES NA COR BRANCA (100% BRANCA), NEUTRO, PRIMEIRA QUALIDADE, FARDO COM 64 ROLOS MEDINDO 30M X 10CM.	FD	15	61,63	924,45
32	PAPEL TOALHA BRANCO - TIPO FOLHA INTERFOLHA, 100% CELULOSE VIRGEM, 2 DOBRAS, MEDIDAS MÍNIMAS: 19,5 X 20,5 CM, DESCARTÁVEL, MACIO E ABSORVENTE, PARA USO EM TOALETES PACOTE COM 1000 FLS.	PCT	60	11,68	700,80
33	PRATO DE VIDRO, DIÂMETRO 27 CM, COR: TRANSPARENTE, FORMATO DO PRATO: REDONDO, MATERIAL: VIDRO TEMPERADO. PODE SER LEVADO AO MICRO-ONDAS, FREEZER, GELADEIRA E AO LAVA-LOUÇAS	UN	36	10,23	368,28



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

34	PRENDEDOR DE ROUPAS PLASTICO PCT. COM 12 UNIDADES.	PCT	20	2,18	43,60
35	RODO COM DUAS LAMINAS PARALELAS DE BORRACHA NATURAL, COM CABO DE MADEIRA PLASTIFICADA COM ROSCA, SUPORTE PLÁSTICO RÍGIDO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 40 CM, COM PONTEIRA PLÁSTICA.	UN	20	15,85	317,00
36	SABÃO EM BARRA DE COCO 200G. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO, EB 56/54 DA ABNT, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. PACOTE COM 05 UNIDADES.	PCT	20	11,57	231,40
37	SABÃO EM PÓ 500G; PRINCIPIO ATIVO ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVO ANIÔNICO, ENZIMAS, BRANQUEADOR ÓPTICO, ESSÊNCIA, TEOR DE ATIVOS MÍNIMO DE 8,0%, PH=11,5 MÁXIMO, SOLUÇÃO 1% P/P; PIGMENTOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS, ACONDICIONADOS EM SACOS PERSONALIZADOS COM 500G COM O SÍMBOLO DE MATERIAL PARA RECICLAGEM, CONTENDO TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL, VALIDADE DE 02 ANOS, AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO FABRICANTE NA ANVISA/MS. MARCAS APROVADAS.	UN	100	5,48	548,00
38	SABONETE LIQUIDO - PARA SABONETEIRA, PRODUTO PURO, SEM QUALQUER DILUIÇÃO, ASPECTO FÍSICO VISCOSO, GLICERINADO, BIODEGRADÁVEL, ANTISEPTICO. EMBALAGEM COM 1 ML, VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS,	UN	50	11,83	591,50
39	SACO PLÁSTICO PARA LIXO 100 LITROS, 6 MICRAS, COR PRETA, LARGURA 70, ALTURA 84, DE POLIPROPILENO. APLICAÇÃO: USO DOMÉSTICO, PACOTE COM 100 UNIDADES. DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	PCT	30	28,30	849,00
40	SACO PLÁSTICO PARA LIXO 60 LITROS 6 MICRAS, COR PRETA, LARGURA 55, ALTURA 67, DE POLIPROPILENO. APLICAÇÃO: USO DOMÉSTICO, PACOTE COM 100 UNIDADES. DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	PCT	30	16,34	490,20
41	SAPONACEO EM PÓ FRASCO COM 300G	UN	20	7,34	146,80



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

42	SUPORTE PARA COADOR DE CAFÉ 103, MATERIAL POLIPROPILENO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 15,5CM X 13L X 16,5A CENTÍMETROS	UN	3	12,06	36,18
43	PANO DESCARTÁVEL MULTIUSO - PARA LIMPEZA EM GERAL. POSSUI FUROS ESPECIAIS QUE RETÊM A SUJEIRA. LIBERA FACILMENTE A SUJEIRA DURANTE A LAVAGEM. GARANTEM ALTA ABSORÇÃO, POIS É PRODUZIDA COM TECNOLOGIA DE A BASE DE CELULOSE, SUBSTITUINDO QUALQUER OUTRO TIPO DE TECIDO UTILIZADO PARA LIMPEZA EM GERAL. NÃO SOLTA FIAPOS. É LAVÁVEL, SECA RAPIDAMENTE, INIBINDO O CRESCIMENTO DE MICRORGANISMOS. DIMENSÕES 30 CM DE ALTURA, 50CM DE LARGURA. GRAMATURA: 41G/M. ROLO COM 300 METROS PICOTADO A CADA 50 CM.	ROL O	5	96,95	484,75
44	TAPETE EMBORRACHADO FABRICADO COM FIBRAS DE VINIL ENTRELAÇADAS, ANTIDERRAPANTE COR ESCURA MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,5M X 60CM	UN	6	156,33	937,98
45	VASSOURA DE NYLON; TIPO NOVIÇA, CEPA DE POLIPROPILENO, APROXIMADAMENTE (4x21,5x5)CM, FIO DE 12CM MÍNIMO, COM 66 TUFOUS CONTENDO 40 CERDAS POR TUFO, COM CERDAS 100% PET POLIPROPILENO, TIPO PLUMADA, CABO REVESTIDO DE POLIPROPILENO MEDINDO 120 CM, COM GANCHO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, ROSCA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE. MARCAS APROVADAS.	UN	30	11,16	334,80
46	VASSOURA DE PELO MACIO CEPA DE POLIPROPILENO BASE COM 30 CM, COM GANCHO DE POLIETILENO, COM CABO MEDINDO 1,20M.	UN	50	13,13	656,50
47	VASSOURINHA SANITÁRIA COM CERDAS LISAS, CABO E CEPA DE PLÁSTICO.	UN	20	4,96	99,20

1.1 A estimativa do valor da contratação será apurada em momento oportuno, mediante a realização de pesquisa de preços, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis. A referida pesquisa será conduzida com base em fontes idôneas, tais como consultas a fornecedores do ramo, contratações similares de outros órgãos públicos e sistemas oficiais de preços, visando identificar valores praticados no mercado e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Destaca-se que a definição do valor estimado é etapa indispensável para a instrução do processo, sendo devidamente formalizada antes da fase de julgamento das propostas, garantindo transparência, economicidade e conformidade com os princípios que regem as contratações públicas.



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

1.2 O contrato tem o prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da divulgação no Diário Oficial da CÂMARA/Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como condição indispensável para a sua eficácia.

1.3 Podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- a) O fornecimento tenha sido prestados regularmente;
- b) A CONTRATANTE tenha interesse na continuidade do fornecimento;
- c) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a CONTRATANTE, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes; e
- d) A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

1.3.1 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

2.0 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inc. XXIII alínea “b” da Lei nº 14.133/2021):

2.1 A presente contratação obedecerá ao disposto no inciso II, artigo 75 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 57/2023, bem como aos demais normativos municipal.

3.0 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6º, inc. XXIII alínea “c” da Lei nº 14.133/2021):

3.1 Prazo de entrega: no máximo em até 05 (cinco) dias contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento que será emitida pelo CÂMARA.

3.2 Local de entrega: Almoxarifado da Câmara Municipal de PROPRIÁ/SE.

3.3 Caso não seja possível a entrega dos bens na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24h de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos ou reparados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.0 – REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO (art. 6º, inc. XXIII alínea “d” da Lei nº 14.133/2021):

A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante:

4.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual.



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

4.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

4.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

4.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

A Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista será comprovada mediante:

4.5 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

4.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação, com seus respectivos prazos de validade em vigor.

4.7 Prova de regularidade perante a Fazenda Federal mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, na forma de lei específica;

4.8 Prova de Regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma de lei específica;

4.9 Regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), na forma de lei específica;

4.10 Prova de regularidade relativa ao FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos, na forma de lei específica;

A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA será comprovada mediante:

4.11 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou no site do Tribunal de Justiça do Estado do domicílio da licitante.

A QUALIFICAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

4.12 A qualificação Técnica deverá ser comprovada através do desempenho do fornecimento compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante apresentação de Atestados



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

ou Certidões, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o fornecimento e que seja pertinente e compatível com o objeto da licitação.

Outros Elementos: PARA CUMPRIMENTO DO ART. 15 DO DECRETO MUNICIPAL

4.13 Declaração para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos;

4.14 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133/2021;

4.15 Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/21.

4.16 Declaração de observância do limite para obtenção de benefícios da LC 123/2006, estando limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021)

4.17 Declaração de que à inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

4.18 Declaração do pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento.

5.0 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inc. XXIII alínea “e” da Lei nº 14.133/2021):

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

5.3 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

5.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.0 – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6º, inc. XXIII alínea “f” da Lei nº 14.133/2021):

6.1 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis

6.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

7.0 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inc. XXIII alínea “g” da Lei nº 14.133/2021):

7.1 Condições de pagamento:

7.1.1. Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre a realização dos serviços, inclusive a margem de lucro.

7.1.2 - Os pagamentos serão efetuados de acordo com a prestação dos serviços mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Ordem(ns) de Serviços expedida pela Autoridade Competente;
- b) Nota(s) Fiscal(is) correspondente à(s) Ordem(ns) de Serviço, atestada(s) e liquidada(s);
- c) Prova de regularidade junto as Fazendas Federal e INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT, válidas no prazo mínimo de 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal;

7.1.3 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis (art. 7º, § 2º da Instrução Normativa nº 77/2022).

7.1.4 Os documentos de cobrança relacionados acima, deverão ser apresentados na Secretaria de Administração, dos quais após atestados pela autoridade competente e aprovados pelo Fiscal do Contrato serão encaminhados ao Setor Financeiro para fins de liquidação da despesa e inclusão na lista classificatória de credores;



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

7.1.5 - O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º §2º, Inciso III, da Lei nº 4.320/1964, [art. 141 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.1.6. Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses do seu registro, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

7.1.7. Poderá ocorrer a majoração dos preços, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 124, II “d”, da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrado, por parte da contratada, alteração substancial nos preços praticados no mercado, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

Parágrafo único. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação;

7.1.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.9 O prazo para resposta ao pedido de equilíbrio econômico-financeiro será de 10 (dez) dias, contado da data do pedido da documentação.

7.2 Garantias exigidas:

7.2.1. Não haverá a exigência da garantia da contratação nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

8.0 FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR ([art. 6º, inc. XXIII alínea “h” da Lei nº 14.133/2021](#)):

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação eletrônica, conforme disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, portanto, através de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa;

8.2 O critério de julgamento adotado será o de menor preço, em atenção ao inciso I, Art. 33 Lei nº 14.133/2021;



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

8.3 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no item 4.0 deste Termo de Referência.

8.4 Dar preferência aos fornecedores/prestadores de serviços sediados local ou regionalmente, privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei, prestigiar os fornecedores/prestadores de serviços que fazem parte do cadastro de fornecedores/prestadores de serviços da Câmara, e que tenham satisfatoriamente desempenhado atividades semelhantes quando contratados;

9.0 REQUISITOS DA PROPOSTA

9.1. A proposta deverá apresentar planilha discriminativa contendo:

- a) nome do representante legal da empresa;
- b) especificações detalhadas do objeto, marca, quantidade e prazo de entrega;
- c) valor unitário e total de cada item, bem como valor total da proposta, em moeda nacional, em algarismo e por extenso;
- d) prazo de vencimento da proposta, não podendo este ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- e) dados bancários da empresa, tais como número da conta corrente, agência e nome do banco onde será efetuado o pagamento;
- f) CNPJ, telefone, endereço e e-mail;
- g) garantia do objeto, contra defeitos de fabricação.
- h) assinatura do representante responsável.

9.2. Nas propostas deverão estar todos os custos, tributos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto a ser contratado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a qualquer título posteriormente;

9.3. A apresentação da proposta implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

9.4. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a o fornecimento dos materiais ou prestação dos serviços.

10. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS Nº 13.709/2018

10.1 A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato. A contratada deverá ter ciência da



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

existência da LGPD e, se compromete a adequar todos os procedimentos interno ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

11.0 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios consignados no orçamento da Câmara Municipal de Propriá/SE, na seguinte dotação orçamentária:

UO: 1001 – Câmara Municipal de Propriá

Dotação: 2001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo

Classificação de Despesa: 3390300000 - Material De Consumo

Fonte de Recursos: 15000000

GILIARDE CEZÁRIO DA SILVA
Chefe do Departamento Administrativo



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ**

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº ____/2026

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Contato:

CEP:

Tel.:

E-mail:

Representante comercial:

Dados Bancários:

Banco:

Agência:

C/C:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ/SE, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	V. UNIT	TOTAL

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias contados da data do envio da proposta.

_____/SE, ____ de _____ de 20---

(assinatura do representante legal da empresa)



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ**

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

Termo de Contrato de Fornecimento, que entre si firmam
CÂMARA MUNICIPAL de **PROPRIÁ/SE**, e a Empresa
_____.

Pelo presente instrumento particular de Contrato, reuniram-se de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ/SE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxx, com sede à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx doravante denominada CONTRATANTE neste ato representado por seu Presidente, o Sr. xxxxxxxxxxxx, brasileira, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, e do outro lado a empresa, _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida na _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo o(a) Sr.(a) _____, brasileiro(a), maior e capaz, inscrito no CPF nº _____, para o fim especial de celebrarem o presente instrumento, tendo em vista o que consta do processo de dispensa de licitação, com base na Legislação em vigor e nas cláusulas a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (Art. 92, I da Lei nº 14.133/2021)

1.1 O presente contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ/SE, conforme projeto básico/termo de referência parte integrante deste contrato.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	UND.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.
01					
02					

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO (Art. 92, II da Lei nº 14.133/2021)



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ**

2.1 O presente pacto vincula-se em sua plenitude aos termos do Termo de Referência, da proposta oferecida pela CONTRATADA, bem como ao Processo de Dispensa de Licitação nº ____/____, fundamentado no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO (Art. 92, III da Lei nº 14.133/2021)

3.1 O presente contrato está sendo lavrado nos termos do art. 75, II da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, demais normas pertinentes a matéria, e será regido pelos princípios norteadores do Direito Administrativo e Constitucional, ao Decreto Municipal nº 57/2023.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE FORNECIMENTO (Art. 92, IV da Lei nº 14.133/2021)

4.1 A CONTRATADA deverá efetuar as atividades abaixo:

4.1.1 Prazo de entrega: até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento que será emitida pela CÂMARA.

4.1.2 Local de entrega: SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL PROPRIÁ/SE, localizada na Avenida Pedro Abreu de Lima, s/n, Centro de Propriá/SE.

4.1.3 Caso não seja possível a entrega dos bens na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24h de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.1.4 Os bens ou o serviço executado poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos ou reparados no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

CLAUSULA QUINTA – DO PREÇO E REAJUSTAMENTO (Art. 92, V da Lei nº 14.133/2021)

5.1 - Em contraprestação aos fornecimentos na cláusula primeira, obriga-se a CONTRATANTE, a pagar a CONTRATADA, o valor unit. de Item __ : **R\$ 0.000,00 (-----)**.

5.2 O valor total deste contrato é de **R\$ 00.000,00 (-----)**.

5.3. O valor constante nesta cláusula poderá ser reajustado, após 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, observada a variação do IPC-A para o período ou outro indicador que venha a substituí-lo, em conformidade com o prazo constante na cláusula quarta e mediante acordo formal entre as partes.



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ**

5.4. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no item 5.1., o IPC-A ou outro indicador que venha a substituí-lo.

CLAUSULA SEXTA – OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DE PAGAMENTO (Art. 92, VI da Lei nº 14.133/2021)

6.1. Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre a realização dos serviços, inclusive a margem de lucro.

6.2 - Os pagamentos serão efetuados de acordo com o fornecimento mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Ordem(ns) de Serviços expedida pela Autoridade Competente;
- b) Nota(s) Fiscal(is) correspondente à(s) Ordem(ns) de Serviço, atestada(s) e liquidada(s);
- c) Prova de regularidade junto as Fazendas Federal e INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT, válidas no prazo mínimo de 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal;

6.3 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis (art. 7º, § 2º da Instrução Normativa nº 77/2022).

6.4 Os documentos de cobrança relacionados acima, deverão ser apresentados na Administração da Câmara Municipal, dos quais após atestados pela autoridade competente e aprovados pelo Fiscal do Contrato serão encaminhados ao Setor Financeiro para fins de liquidação da despesa e inclusão na lista classificatória de credores;

6.5 - O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º §2º, Inciso III, da Lei nº 4.320/1964, [art. 141 da Lei nº 14.133/2021](#).

6.6. Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses do seu registro, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

6.7. Poderá ocorrer a majoração dos preços, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 124, II “d”, da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrado, por parte da



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

contratada, alteração substancial nos preços praticados no mercado, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

Parágrafo único. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação;

6.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.9 O prazo para resposta ao pedido de equilíbrio econômico-financeiro será de 10 (dez) dias, contado da data do pedido da documentação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO (Art. 92, VII da Lei nº 14.133/2021)

7.1 Este contrato tem o prazo de vigência será de 12 meses, contados a partir da divulgação no Diário Oficial do CÂMARA/Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como condição indispensável para a sua eficácia.

Podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- a) O fornecimento tenham sido prestados regularmente;
- b) A CONTRATANTE tenha interesse na continuidade do fornecimento;
- c) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a CONTRATANTE, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes; e
- d) A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 92, VIII da Lei nº 14.133/2021)

8.1 A despesa orçamentária da execução deste contrato para o exercício de 2025, no valor de R\$ 00.000,00 (-----), correrá por conta da dotação orçamentária abaixo, com saldo suficiente, assim discriminado:

Órgão: 0101 – Câmara Municipal de Propriá

Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ**

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de Recursos: 15000000

CLÁUSULA NONA – PRAZO PARA RESPOSTA DO PEDIDO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (Art. 92, XI da Lei nº 14.133/2021)

9.1 Para majorar, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 124, II “d”, da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrado, por parte da contratada, alteração substancial nos preços praticados no mercado, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

Parágrafo único. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

9.2 O prazo para resposta ao pedido de equilíbrio econômico-financeiro será de 10 (dez) dias, contado da data do pedido da documentação.

CLÁUSULA DÉCIMA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES (Art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021)

10.1 à CONTRATANTE:

- a) Promover todas as ações junto aos diversos Setores do CÂMARA, pertinentes à obtenção dos dados, informações, relatórios, arquivos e subsídios necessários boa execução do objeto deste contrato.
- b) Efetuar os pagamentos pelos efetiva entrega dos bens ou execução dos serviços devida à CONTRATADA, na forma e prazos estabelecidos no presente contrato.
- a) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido ou serviço executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2 à CONTRATADA:



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

- a) Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- b) Obrigação de cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- c) Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no [§ 2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021](#);
- d) Executar os serviços elencados na Cláusula Primeira do presente contrato;
- e) Alocar todos os recursos necessários para se obter uma execução perfeita, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à contratante;
- f) Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à CONTRATANTE comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- g) Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do contrato;
- h) Assumir inteira responsabilidade pelos danos que seus empregados causarem à CONTRATANTE, hipótese em que fará a reparação devida, com o necessário ressarcimento em dinheiro, no prazo improrrogável de 30 dias, independentemente de avisos ou interpelação judicial;
- i) Em caso de não cumprimento do objeto deste contrato, responsabilizar-se, na forma da Lei, pelo inadimplemento do contrato, ficando o ônus sob sua responsabilidade;
- j) Não poderá transferir total ou parcialmente o contrato. Também não poderá subcontratar, ainda que parcialmente, a execução do seu objeto;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES ([Art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021](#))

11.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133/2021](#). Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

III – Impedimento de licitar e contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.3. Será aplicada a sanção prevista no inciso I do item 11.1 na hipótese de inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.4. Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma:

De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na entrega/prestação do serviço, observada a seguinte graduação:

- a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%;
- b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%;
- c) Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%;
- d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%;
- e) Acima de 20 dias: multa de 30%.

11.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 11.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item;

11.6 Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 11.1 será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

11.7. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 11.1 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

11.8 A sanção prevista no inciso III do item 11.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos **II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar com o CÂMARA de PROPRIÁ/SE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.9 A sanção prevista no inciso IV do item 11.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos **VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

11.10 A sanção estabelecida no inciso IV do item 11.1 será precedida de análise jurídica;

11.11 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 11.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item;

11.12 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.13 A aplicação das sanções previstas no item 11.1 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.14 Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do fornecimento/serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação;

11.14.1 A notificação a que se refere o *caput* deste artigo será enviada pelo correio, com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA mediante recibo ou, na sua impossibilidade, publicada no Diário Oficial do CÂMARA e no quadro de avisos da CÂMARA.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

12.15 Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até **48 (quarenta e oito) horas**, após o recebimento da notificação, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do fornecimento/serviço encaminhará a Comissão de Processo Administrativo a qual instaurará processo administrativo punitivo;

11.16. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no item 11.4 deste edital. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas em Lei;

11.17 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 11.1 deste edital requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada que avaliará os fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

11.18 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação;

11.19 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.20 Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do do item 11.1 deste contrato, serão aplicadas de acordo com a lei a do qual estabelece a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos;

11.21 A Administração Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal, observado o disposto no [art. 169, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#);



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO (Art. 92, XIX da Lei nº 14.133/2021)

12.1 O inadimplemento de qualquer das cláusulas do presente contrato conforme art. 137, incisos de I a IX da Lei nº 14.133/2021, é motivo justo para a extinção do mesmo de acordo com o art. 138, da Lei nº 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II – consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III – determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Parágrafo Único – A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO e GESTÃO DO CONTRATO (Art. 92 inciso XVIII e art. 117 da Lei nº 14.133/2021)

13.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo servidor _____ (cargo/função) designado pela Portaria nº 00 de _____ de _____ e _____, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

13.2 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, e informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

13.3 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FONTE DOS RECURSOS

14.1 A despesa prevista na cláusula segunda, correrá por conta de recursos próprios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS Nº 13.709/2018



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ**

15.1 A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato. A contratada deverá ter ciência da existência da LGPD e, se compromete a adequar todos os procedimentos interno ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DO FORO [Art. 92, XIX § 1º da Lei nº 14.133/2021](#))

16.1 Fica eleito o foro do CÂMARA de PROPRIÁ, Estado de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na execução do presente Contrato. E, assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para um único e só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, a fim de que possa surtir os efeitos legais.

_____ (SE), _____ de _____ de _____.

Presidente
CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS: _____
